

TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: O QUE NOS CONTAM AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS? ¹

Amanda Paniago de Souza

Universidade de Brasília, Instituto de Química, Programa de Pós-Graduação em
Educação em Ciências
paniagoamanda26@gmail.com

André Vitor Fernandes dos Santos

Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, Programa de Pós-Graduação em
Educação em Ciências
andre.santos@unb.br

RESUMO

A Educação Ambiental (EA) surge para compreender aspectos sociais, políticos, geográficos e econômicos em sua relação com a dimensão ambiental. O objetivo desse trabalho é apresentar um levantamento bibliográfico que buscou analisar, em trabalhos acadêmicos, como vem sendo abordada a produção das políticas públicas relacionadas à EA. Nesse sentido, análise dos dados atuou de modo a propiciar um olhar reflexivo sobre os processos de criação, interpretação e reinterpretação das políticas públicas, assim como as possíveis formas de regulação e contextualização no âmbito escolar e curricular. Em suma, é notória a atenuação da temática EA na BNCC (2018), o que proporciona regulações no desenvolver pedagógico dos docentes, e conseqüentemente, na formação crítica e social dos estudantes.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Políticas Públicas, BNCC; Ciências da Natureza.

Eixo temático: 1. Currículos de Ciências e Biologia: histórias e políticas educacionais

Modalidade: Pesquisa acadêmica

RESUMEN

La Educación Ambiental (EA) surge para comprender aspectos sociales, políticos, geográficos y económicos. El objetivo de este trabajo se apoya en un relevamiento bibliográfico que busca analizar la trayectoria de las políticas públicas de educación ambiental en trabajos académicos. En este sentido, los datos actuaron para proporcionar

¹ Esta pesquisa é apoiada com recursos da Universidade de Brasília e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Processo n. 407788/2023-9).

una mirada reflexiva sobre los procesos de creación, interpretación y reinterpretación de las políticas públicas, así como las posibles formas de regulación y contextualización en los ámbitos escolar y curricular. En síntesis, es claro que el tema de la educación ambiental ha abrevado en las BNCC (2018), lo que ha derivado en regulaciones en el desarrollo pedagógico de los docentes y, en consecuencia, en la formación crítica y social de los estudiantes.

Palabras clave: Educación Ambiental; Políticas Públicas, BNCC; Ciencias Naturales.

Eje temático: 1. Currículos de ciencias y Biología: historias y políticas educativas

Modalidad: Investigación académica

1 INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) surge para compreender aspectos sociais, políticos, geográficos e econômicos em sua relação com a dimensão ambiental. No âmbito educacional, ela contribui no desenvolvimento da cidadania ambiental de maneira crítica e reflexiva (Oliveira; Royer, 2019). Na década de 70, ocorreram diversos debates de interesse global acerca dos impactos advindos das ações humanas sobre o Meio Ambiente.

O direito ambiental no Brasil é garantido pelos direitos fundamentais do cidadão, atribuído pela Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu capítulo VI, no Art. 225, incube ao Poder Público “VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (Brasil, 1988, p. 130).

A EA está presente em espaços formais e não formais, assim como nas esferas políticas, como a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Concernente à esfera educacional apresenta-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), constituindo os currículos nacionais de maneira interdisciplinar, transversal e integral.

Vale ressaltar que concebemos a organização do currículo como modos de sequenciamento de conteúdos, séries e ordenações disciplinares por princípios lógicos

(Lopes, 2008). Dessa maneira, critérios são estabelecidos em um conjunto de enunciados reproduzidos em diversos âmbitos discursivos. As políticas, normalmente, não orientam o que fazer, mas criam circunstâncias com uma vasta disponibilidade de opções que são estreitadas, alteradas ou constituídas de metas para o alcance de resultados particulares e definidos (Ball *et al.*, 2016).

As políticas que chegam nas escolas não são apenas implementadas, mas interpretadas e recriadas de diferentes formas, haja vista os diferentes contextos, potenciais e limites de prática (Ball *et al.*, 2016). Os profissionais da educação “exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas” (Ball *et al.*, 2016, p. 53). Nesse sentido, existe uma variedade de discursos, sendo que eles nunca estão desvinculados do poder e, conseqüentemente, de interesses.

No que se refere aos currículos da educação básica no Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o seu desenvolvimento foi motivo de muito debate ao longo do processo histórico das políticas educacionais, uma vez que o documento estabeleceria o papel de referência curricular nacional no ensino básico, a qual foi prevista pela Constituição de 1988, na LDB (Lei nº. 9394/1996) e no Plano Nacional de Educação - PNE de 2014, sendo que a proposta da BNCC foi entregue em 2017, pelo Ministério da Educação ao Conselho Nacional de Educação, que ao ser homologada se transformou em norma com abrangência nacional (Brasil, 2018a).

O papel e a responsabilidade da BNCC é o norteamento dos currículos e das propostas pedagógicas de educação básica nacional, na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio (Brasil, 2018). Com isso, ao traçar as diretrizes para as instituições de ensino, esse documento visa promover aos estudantes o desenvolvimento de competências e habilidades em cada componente curricular (Braun, 2020). A BNCC (2018) está organizada em quatro áreas do conhecimento, sendo elas “I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais” (Brasil, 2018a, p. 468).

No que concerne ao histórico, a BNCC passou por 3 versões, a primeira e a segunda versão que ficaram disponíveis em 2016, enfatizavam a Educação Infantil e o Ensino Fundamental (Branco; Royer; Branco, 2018). A terceira versão da BNCC do Ensino Médio, foi definida pelo MEC e aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2018. (Behrend; Cousin; Galiazzi, 2018). O processo histórico de desenvolvimento da BNCC passou por vários marcos, organizados e sintetizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Linha do tempo do histórico de desenvolvimento da BNCC no Brasil

Fonte: BRASIL (2018b)²

Anos	Marcos
1996	É aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
2010	É realizada a Conferência Nacional de Educação (CONAE), com a presença de especialistas para debater a Educação Básica.
2015	I Seminário Interinstitucional para elaboração da BNCC.
2015	1ª versão da BNCC é disponibilizada.
2015	Mobilização das escolas de todo o Brasil para a discussão do documento preliminar da BNCC.
2016	2ª versão da BNCC é disponibilizada.
2016	Aconteceram 27 Seminários Estaduais com professores, gestores e especialistas para debater a segunda versão da BNCC.
2016	Em agosto, começa a ser redigida a terceira versão, em um processo colaborativo com base na versão 2.
2017	MEC entregou a versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE).
2017	A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada pelo ministro da Educação, Mendonça Filho.
2017	O CNE apresenta a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular.
2018	Educadores do Brasil inteiro se debruçaram para compreender a implementação da BNCC e os impactos na educação brasileira (Educação Infantil e Ensino Fundamental).

² BRASIL. **Histórico da BNCC**. Ministério da Educação, 2018b. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 13 abril. 2024.

2018	O Ministério da Educação entregou ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a 3ª versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio.
2018	No Brasil, escolas se mobilizaram para discutir e contribuir com a BNCC da etapa do Ensino Médio.
2018	Em 14 de dezembro de 2018, o ministro da Educação, Rossieli Soares, homologou o documento da Base Nacional Comum Curricular para a etapa do Ensino Médio.

Nesse sentido, com a implementação da BNCC, todos os estados e municípios brasileiros passaram a criar ou adequar os seus currículos de acordo com a normativa. Desse modo, é possível afirmar que o passado recente é marcado por uma intensa produção de políticas, documentos e normativas educacionais, nos interessando aqui os processos discursivos que focalizam a área de Ciências da Natureza.

Com o propósito de entender as regulações da temática de EA na BNCC (2018), este texto, que se constitui uma etapa inicial de uma investigação de mestrado, parte da análise de artigos acadêmicos para a compreensão da trajetória histórica das políticas públicas vigentes no país, pois elas “exercem um papel importante para a implantação do tema nas práticas educativas” (Braun, 2020, p. 10). Apresentamo-nos, assim, interessados na construção de uma história do currículo atenta à “(...) definição das regularidades dos fenômenos, variações, limites e condicionantes” (Foucault, 1996, p. 56), buscando entender as “construções sócio-históricas que produzem e hegemonomizam significados sobre quem somos e sobre aquilo que sabemos” (Ferreira, 2014, p. 187) em um movimento que surge da história do presente para investigar o passado (Santos; Ferreira, 2020).

2 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

O levantamento bibliográfico aqui apresentado tem por objetivo a compreensão de como as publicações abordam a EA com referência ao que é orientado pelos documentos e normativas vigentes em nível nacional, mas também ao que vem sendo articulado nos campos acadêmico e escolar. A pesquisa bibliográfica possibilita investigar e acessar uma gama de fenômenos, estudos e dados de informações de diversos espaços e momentos históricos (Gil, 2017). Nesse sentido, o levantamento é uma fonte rica de pesquisa para o

universo de segmentos analisados em um determinado estudo, evidenciando as possibilidades e as dificuldades da temática de análise (Gil, 2017).

Os discursos são conjuntos de enunciados redigidos e praticados ao longo da história por regras e relações de saber-poder estabelecidos por instituições. Logo, analisar os discursos é compreender os enunciados e as “relações históricas, de práticas muito concretas, que estão ‘vivas’ nos discursos” (Fischer, 2001, p. 198-199). Diante disso, defendemos aqui que acessar os discursos acadêmicos sobre a EA nos possibilita, por meio de uma análise discursiva, a possibilidade de compreensão da abordagem de temáticas transversais em documentos referenciais, afastando-nos de interpretações baseadas naquilo que está “oculto”. Ou seja, estamos especialmente interessados na investigação dos enunciados que se encontram inscritos nas superfícies textuais das fontes analisadas. Assim, ao acolher tais enunciados enquanto acontecimentos discursivos, estamos simultaneamente interessados em compreender como a produção acadêmica vem significando a EA, mas também reafirmando ou contestando os marcos regulatórios para a abordagem da temática no campo educacional. Consideramos, portanto, que tais enunciados são constituídos em meio produções históricas e políticas (Larrosa, 1994). Salienta-se que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (Foucault, 1996, p. 44), além de que eles devem ser tratados como práticas descontínuas que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem.

Desse modo, foi utilizada a Plataforma Sucupira no Qualis Periódicos. A busca teve início com os descritores: “Educação Ambiental e BNCC”; “Educação Ambiental e Currículo”; em que foram selecionados os trabalhos de extrato A1 a A4, publicados entre 2018 a 2022, pelo fato da nossa pesquisa focalizar as enunciações produzidas a partir da publicação da BNCC (2018). Com esses filtros e a partir de leituras flutuantes dos respectivos títulos, resumos e palavras-chave, chegamos à seleção de 24 artigos relevantes para a pesquisa, posteriormente categorizados para a análise.

Dessa maneira foram criadas as respectivas categorias: “Concepções sobre a EA na BNCC e no contexto escolar”, “EA e a sua formação prática/pedagógica”, “EA nos

documentos norteadores e currículos” e “Transversalidade e interdisciplinaridade da EA”. Logo, esta pesquisa parte da análise de 9 artigos da categoria “EA nos documentos norteadores e currículos” a partir da pergunta “De que modo este artigo retrata a trajetória da EA nos documentos e currículos?”.

Quadro 2 – Categoria “EA nos documentos norteadores e currículos”

Título	Autores	Edição	Periódico
A abordagem da Educação Ambiental nos PCNs, nas DCNs e na BNCC	BRANCO, E. P.; ROYER, M. R.; BRANCO, A. B. G.	v. 29, n. 1, p. 185-203, jan/abr., 2018.	Nuances: estudos sobre Educação
POLÍTICAS PÚBLICAS ATUAIS NO BRASIL: o silêncio da educação ambiental	FRIZZO, T. C. E.; CARVALHO, I. C. M.	n. 1, p. 115-127, 2018.	Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental
A Educação Ambiental no contexto da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio	OLIVEIRA, E. T.; ROYER, M. R.	v. 10, n. 30, p. 57-78, 2019.	Interfaces da Educação
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO ESCOLAR: análise do processo de elaboração e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	OLIVEIRA, L.; NEIMAN, Z.	v. 15, n. 3, p. 36-52, 2020.	Revista Brasileira de Educação Ambiental
Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular	BARBOSA, G. S.; OLIVEIRA, C. T.	v. 37, n. 1, p. 323-335, jan/abr., 2020.	Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: os	OLIVEIRA, A. D.; SILVA, A. P.; MENEZES, A. J. S.; CAMACAM, L. P.; OLIVEIRA, R. R.	v. 16, n. 5, p. 328-341, 2021.	Revista Brasileira de Educação Ambiental

retrocessos no âmbito educacional			
O Ensino de Ciências da Natureza nas versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	MATTOS, K. R. C.; AMESTOY, M. B.; TOLENTINO-NETO, L. C. B.	v. 18, n. 40, p. 22-34, 2022.	Revista de Educação em Ciências e Matemática
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS PERSPECTIVAS CURRICULARES: um olhar para a Base Nacional Comum Curricular	MACIEL, E. A.; UHMANN, R. I.	v. 18, n. 49, 2022.	Revista Práxis educacional
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO NOVO ENSINO MÉDIO: o que há de 'novo'?	SILVA, D. N. S.; GOMES, E. T. A.; SERNA, A. G.	v. 16, n. 34, p. 127-147, jan./abr. 2022.	Revista Retratos da Escola

Fonte: Autoria própria (2024)

A partir da leitura dos textos selecionados é notório que a trajetória da EA se inicia nas conferências internacionais em prol do meio ambiente (Branco; Royer; Branco, 2018) haja vista os diversos impactos ambientais que o mundo estava enfrentando por fatores industriais e capitalistas. As conferências contribuíram para a criação de legislações e políticas públicas em nível nacional. Nesse percurso, a EA foi inserida nos documentos norteadores de Educação Básica, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de modo a ser trabalhada de forma integral e transversal nos currículos escolares.

Oliveira e Neiman (2020) apresentam que a partir da aprovação da BNCC foi perceptível o retrocesso da EA no documento em comparação com os PCNs, além de que

(...) após diversos debates sobre os documentos preliminares da BNCC, nos quais especialistas citaram a ausência de temas transversais. O governo ignorou o assunto e publicou um documento com esta grande ausência. A Educação Ambiental, mesmo quando estava presente em

documentos curriculares anteriores já era ignorada por algumas instituições de ensino (2020, p. 50).

Vale ressaltar que a EA, por ser um tema transversal, não tem sua abordagem circunscrita apenas a uma determinada disciplina ou área do conhecimento “(...) sendo impossível resumir ou compartimentar tal educação. Em sua gênese, a EA apresenta um caráter interdisciplinar que apregoa a relevância de ser inserida em todo o currículo escolar” (Branco; Royer; Branco, 2018, p. 188). No entanto, são recorrentes os discursos acadêmicos quanto à falta do termo “Educação Ambiental” na BNCC, algo que chama a atenção, pois o documento passou por diversas consultas públicas, além de contribuições de instituições e docentes especializados de todo o país e, conseqüentemente, houve variações e regulações quanto ao sentido enunciativo do termo. Com isso,

há uma exclusão do conceito de Educação Ambiental, como importante área de conhecimento para os estudos realizados na Educação Básica sobre as problemáticas ambientais do período atual. Esta exclusão desconsidera o processo histórico de lutas dos movimentos ambientalistas, dos povos tradicionais e de outros grupos sociais que se dedicam às causas ambientais pela construção de políticas públicas que venham fortalecer a Educação Ambiental no Brasil (Barbosa; Oliveira, 2020, p. 4).

Mattos, Amestoy e Tolentino-Neto (2022) mencionam que as relações de poder e disputas políticas influenciam na persuasão e controle do currículo em “um campo de influência, em que ocorrem ferrenhas disputas de interesses e ideias entre grupos dominantes” (p. 2). Os mesmos autores apontaram as mudanças das equipes e as descontinuidades enunciativas no processo de construção das versões da BNCC na área de Ciências da Natureza (CN), de modo que

A explosão das competências e habilidades cercearam qualquer tentativa de a comunidade escolar e/ou acadêmica influenciar os rumos que o ensino de componentes de CN tomaria no Brasil. Constata-se, assim, que as alterações, ao longo das versões da Base, são reflexo do cenário político-social vivenciado no país. A BNCC materializa o alinhamento aos padrões globais educacionais, que prima pela standardização do ensino, como meio de regulação e controle da educação. Desse modo, a área de CN, como as demais, acaba à mercê do que os grupos dominantes julgam relevante e/ou lucrativo ensinar aos estudantes brasileiros. Nessa perspectiva, a análise realizada denuncia as ausências e o reducionismo de temas relevantes à formação crítica social dos estudantes, de modo a evidenciar as influências da frente conservadora, a ponto de um documento que diz assegurar os direitos de aprendizagem dos cidadãos, não oferecer, no ensino de Ciências, acesso à temas como: Educação Ambiental e Sexualidade de forma consensual e fundamentada (Mattos; Amestoy; Tolentino-Neto, 2022, p. 33).

O contexto de realidade é um aspecto extremamente delicado e que afeta a subjetividade dos estudantes. Os trabalhos de Frizzo e Carvalho (2018), Oliveira e Royer (2019) e Barbosa e Oliveira (2020) questionam se o documento BNCC está adequado às especificidades culturais, regionais e econômicas de cada estado brasileiro. De acordo com Oliveira *et al* (2021, p. 338), a

(...) preocupação está centrada na adequação à realidade da escola e dos alunos, mas isso só será possível com o fortalecimento do PPP, o qual, em sua plenitude, garante maior autonomia e reestabelecimento das práticas educativas. Entretanto, cabe discutir acerca dos espaços da autonomia e seu comprometimento com as determinações legais, instrumentos esses determinados pela lei, decretos e portarias que determinam a aplicabilidade necessária para o pleno desenvolvimento do processo educacional.

Portanto, os discursos mais incidentes englobam a ausência de criticidade em temas específicos, além do fato de que o documento é baseado em competências e habilidades, o que diminui a ação pedagógica criativa dos docentes e resulta na apreensão quanto à contextualização dos currículos regionais. Os autores Silva, Gomes e Serna (2022) mencionam que

contundentes são as menções a retrocessos na BNCC, como a volta de discursos desenvolvimentistas, de interesse do empresariado e das elites dominantes brasileira e internacional, vivamente intensificados pelo Ea contexto político neoliberal (p. 142).

Logo, as preocupações são fortes quanto à formação integral, crítica e emancipatória dos estudantes frente às regulações curriculares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados são de contribuição para o campo de Ensino de Ciências e Biologia e do Currículo, tendo em vista que as leituras atuaram de modo a propiciar um olhar reflexivo sobre os processos de criação, interpretação e reinterpretação das políticas públicas, assim como as possíveis formas de regulação e contextualização no âmbito escolar. Em suma, a partir dos trabalhos é notório a atenuação do termo “Educação Ambiental” BNCC (2018), o que proporciona regulações no desenvolver pedagógico dos docentes, e conseqüentemente, na formação crítica e social dos estudantes. No entanto, precisamos reconhecer que há menções à temática ambiental nesse documento curricular,

mas com diversos sentidos enunciativos. O que emerge como questão é: de que forma o discurso ambiental é mobilizado nessas políticas e em meio a quais articulações discursivas?

Nessa perspectiva, é de grande relevância partir de uma análise discursiva em documentos educacionais como a BNCC de modo a compreender os movimentos de regulação de enunciados nas áreas de conhecimento, em especial, na de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, para entender como tais discursos podem atuar com vários sentidos enunciativos nos currículos estaduais, municipais e do Distrito Federal.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A.; HOSKINS, K.; PERRYMAN, J. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. [S. l.]: UEPG, 2016.

BARBOSA, G. S.; OLIVEIRA, C. T. Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [s. l.], v. 37, n. 1, p. 323-335, 2020.

BEHREND, D. M.; COUSIN, C. S.; GALIAZZI, M. C. Base Nacional Comum Curricular: o que se mostra de referência à educação?. **Ambiente e Educação**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 74-89, 2018. DOI <https://doi.org/10.14295/ambeduc.v23i2.8425>. Disponível em: <https://seer.furg.br/ambeduc/article/view/8425/5469>. Acesso em: 17 abr. 2022.

BRANCO, E. P.; ROYER, M. R.; BRANCO, A. B. G. A abordagem da Educação Ambiental nos PCNs, nas DCNs e na BNCC. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente-SP, v. 29, n. 1, p. 185-203, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL. **Histórico da BNCC**. Ministério da Educação, 2018b. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 13 abril. 2024.

BRAUN, J. C. S. **A Educação Ambiental na última versão da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio.** 2020. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós graduação Lato sensu em Educação Ambiental e Sustentabilidade) - Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Ibatiba, 2020.

FERREIRA, M. S. Currículo e cultura: diálogos com as disciplinas escolares Ciências e Biologia. In: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. (Orgs.). **Currículos, disciplinas escolares e culturas.** Petrópolis: Vozes, 2014. p. 185-213.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de pesquisa**, p. 197-223, 2001.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso:** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. São Paulo, Brasil: Edições Loyola, 1996.

FRIZZO, T. C. E.; CARVALHO, I. C. M. POLÍTICAS PÚBLICAS ATUAIS NO BRASIL: o silêncio da educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [s. l.], n. 1, p. 115-127, 2018.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LARROSA, J. Tecnologias do eu e educação. **O sujeito da educação: estudos foucaultianos.** Petrópolis: Vozes, v. 1, n. 994, p. 35-86, 1994.

LOPES, A. C. **Políticas de Integração Curricular.** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008. 184 p. ISBN 978-85-7511-128-4.

MACIEL, E. A.; UHMANN, R. I. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS PERSPECTIVAS CURRICULARES: um olhar para a Base Nacional Comum Curricular. **Revista Práxis educacional**, [s. l.], v. 18, n. 49, 2022.

MATTOS, K. R. C.; AMESTOY, M. B.; TOLENTINO-NETO, L. C. B. O Ensino de Ciências da Natureza nas versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista de Educação em Ciências e Matemática**, [s. l.], v. 18, n. 40, p. 22-34, 2022.

OLIVEIRA, A. D.; SILVA, A. P.; MENEZES, A. J. S.; CAMACAM, L. P.; OLIVEIRA, R. R. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: os retrocessos no âmbito educacional. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, [s. l.], v. 16, n. 5, p. 328-341, 2021.

OLIVEIRA, E. T.; ROYER, M. R. A Educação Ambiental no contexto da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio. **Interfaces da Educação**, v. 10, ed. 30, p. 57-78, 2019.

OLIVEIRA, L.; NEIMAN, Z. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO ESCOLAR: análise do processo de elaboração e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 36-52, 2020.

SANTOS, A. V. F.; FERREIRA, M. S. Currículo nacional comum: uma questão de qualidade? **Revista em Aberto** - INEP, v. 33, n. 107, p. 27-44, 2020.

SILVA, D. N. S.; GOMES, E. T. A.; SERNA, A. G. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO NOVO ENSINO MÉDIO: o que há de ‘novo’?. **Revista Retratos da Escola**, [s. l.], v. 16, n. 34, p. 127-147, 2022.